



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROF.
MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE A UNIVERSIDADE**

ALISON COSTA DO NASCIMENTO

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.
DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA
FEDERAL**

Salvador
2020

ALISON COSTA DO NASCIMENTO

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.
DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA
FEDERAL**

Dissertação apresentada como parte das exigências para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, no âmbito da Linha de Pesquisa: gestão, formação e universidade, ofertado pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos

Orientador: Prof. Jorge Luiz Lordelo de Sales Ribeiro

Salvador
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Costa do Nascimento, Alison
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL. DEMOCRACIA E
PARTICIPAÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL /
Alison Costa do Nascimento. -- Salvador-BA, 2020.
62 f.

Orientador: Jorge Luiz Lordelo de Sales Ribeiro.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) --
Universidade Federal da Bahia, Instituto de
Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton
Santos, 2020.

1. Autoavaliação institucional. 2. Comissão Própria
de Avaliação. 3. Participação. 4. Representantes da
comunidade. I. Lordelo de Sales Ribeiro, Jorge Luiz.
II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALISON COSTA DO NASCIMENTO

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 03 de dezembro de 2020.

Banca examinadora



Prof.ª. Dra. Renata Meira Vêras (UFBA)



Prof.ª. Dra. Flávia Goulart Mota Garcia Rosa (UFBA)



Prof. Dr. Fransley Lima Santos (UFBA)

Dedico este trabalho aos membros participantes de Comissões Próprias de Avaliação das Instituições de Educação Superior do País, em especial a CPA da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que ao longo de mais de 10 anos vem reunido esforços para realizar um processo avaliativo cada vez mais consistente e fiel a realidade da Universidade.

AGRADECIMENTOS

À Deus por me guiar e manter sempre minha esperança e coragem para não desistir, mesmo diante das adversidades.

À minha mãe, Maria das Graças, a melhor mãe que eu poderia ter nessa vida, pelo apoio incondicional, por lutar para que tivéssemos uma educação digna e não me deixar desanimar.

Ao meu pai, João do Nascimento, pelo incentivo, apoio e pôr zelar pela nossa educação e sempre se minha educação e dos meus irmãos.

Ao meu irmão Carlos Antonio pelo apoio, incentivo e por ser uma inspiração para mim e toda nossa família, mostrando que, pela educação, é possível vencer e conquistar nossos objetivos.

Ao meu irmão Everson Costa, pelo apoio, incentivo e parceria de sempre.

À minha esposa, parceira, melhor amiga e eterna namorada Livia Luz pelo incentivo, apoio, compreensão e principalmente pelo amor de todo dia que tornou essa caminhada menos difícil.

À minha madrinha Ednalva Nascimento e meu Tio Antônio Augusto pelo incentivo e por ter contribuído significativamente na minha educação.

À minha tia Ledinalva pelo apoio e acolhimento em sua residência durante minha estadia em Salvador.

Ao meu amigo Luan Silva, um irmão que a vida presenteou, pelo incentivo, aprendizado, pelas contribuições à minha pesquisa, e sobretudo, pela parceria nesses mais de dois anos de caminhada. Obrigado por tudo, irmão.

Aos parceiros de trabalho na Pró-reitoria de Administração da UFRB, Kilza Lima, Moisés Braga e Rosilda Santana, pelo apoio, incentivo e por suprirem minha ausência durante o período de licença para o mestrado.

Ao meu orientador Prof. Jorge Luiz Lordelo de Sales Ribeiro, pelo incentivo, presteza, paciência pela sabedoria compartilhada nesta caminhada.

Aos colegas do grupo de pesquisa Ademir, Caillan, Fernando, Ivana, Joice, Vitor pelas contribuições, discussões e ajuda no desenvolvimento da pesquisa.

Aos colegas de turma do mestrado pelo apoio, acolhimento, aprendizado e por proporcionar significativas trocas de conhecimento.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU), Pérola Dourado, pela atenção, presteza e cordialidade.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pelo apoio, acolhimento e conhecimento compartilhado que em muito contribuiu para minha aprendizagem.

Agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, me ajudaram a subir cada degrau e concluir essa longa caminhada. **Gratidão!**

NASCIMENTO, Alison Costa do. Autoavaliação institucional. Democracia e participação em uma universidade pública federal. 2020. Orientador: Prof. Jorge Luiz Lordelo de Sales Ribeiro. 62 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

A presente dissertação foi organizada em forma de coletânea, sendo constituída por dois artigos elaborados ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Nos estudos desenvolvidos, buscou-se investigar questões relacionadas a “participação” no processo de autoavaliação institucional que ocorre em Instituições de Educação Superior. Na primeira pesquisa, foi realizado o levantamento de artigos cuja temática está circunscrita à autoavaliação institucional. Nesse estudo, identificou-se as principais abordagens recorrentes em pesquisas dedicadas a autoavaliação institucional. Foram verificadas quatro principais abordagens: (1) estudos que concentram a análise na autoavaliação enquanto instrumento de gestão, (2) papel da Comissão Própria de Avaliação na condução do processo, (3) percepção que membros da comunidade têm em relação a autoavaliação e (4) pesquisas que se ocupam de questões concernentes a participação e envolvimento da comunidade no processo de autoavaliação institucional. Como resultado, observou-se a ausência de pesquisas que investigassem o tema participação de maneira aprofundada, em especial a participação dos representantes da comunidade no planejamento e desenvolvimento da atividade de autoavaliação na Comissão Própria de Avaliação. Em vista dessa lacuna, no segundo estudo realizou-se uma análise comparativa da participação dos representantes da comunidade acadêmica na Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Para desenvolvimento da pesquisa, utilizamos fontes documentais como o regimento interno, as atas de eleição de membros e atas de reuniões da Comissão. Os resultados demonstram que há significativo desequilíbrio de participação entre as três representações da comunidade. Sendo assim, se faz necessário construir estratégias de promoção da equidade da participação entre as representações, colocando-as em posições de igual envolvimento, poder e influência.

Palavras-chave: Autoavaliação institucional. Comissão Própria de Avaliação. Participação. Representantes da comunidade.

NASCIMENTO, Alison Costa do. Institutional self-evaluation. Democracy and participation in a federal public university. 2020. Thesis advisor: Prof. Jorge Luiz Lordelo de Sales Ribeiro. 62 f. il. Dissertation (Master in Interdisciplinary Studies on the University) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ABSTRACT

The present dissertation was organized in the form of a collection, being constituted by two articles elaborated along the development of the research. In the studies developed, we sought to investigate issues related to “participation” in the process of institutional self-evaluation that occurs in Higher Education Institutions. In the first survey, a survey of articles was carried out whose theme is limited to institutional self-evaluation. In this study, the main recurrent approaches in research dedicated to institutional self-evaluation were identified. Four main approaches were verified: (1) studies that focus the analysis on self-evaluation as a management tool, (2) the role of the Evaluation Committee in conducting the process, (3) the perception that community members have in relation to self-evaluation and (4) research that deals with issues concerning community participation and involvement in the institutional self-evaluation process. As a result, there was an absence of research that investigated the theme of participation in depth, in particular the participation of community representatives in the planning and development of the self-evaluation activity in the Evaluation Committee. In view of this gap, the second study carried out a comparative analysis of the participation of representatives of the academic community in the Evaluation Committee of the Federal University of Recôncavo da Bahia. For the development of the research, we used documentary sources such as the bylaws, the minutes of election of members and minutes of meetings of the Commission. The results demonstrate that there is a significant imbalance of participation between the three representations of the community. Therefore, it is necessary to build strategies to promote equity in participation between representations, placing them in positions of equal involvement, power and influence.

Keywords: Institutional self-evaluation. Own Evaluation Committee. Participation. Community representatives.

LISTA DE QUADROS

ARTIGO I

Quadro 1 – Pesquisa realizada em bases de dados.....	19
--	----

ARTIGO II

Quadro 1 – Relação de documentos utilizados para o estudo.....	36
Quadro 2 – Principais características do mandado de cada representação.....	40
Quadro 3 – Percentual de candidatos inscritos em relação a população da UFRB.....	43
Quadro 4 – Percentual médio da frequência de membros da comissão em reuniões da CPA.....	45
Quadro 5 – Temas recorrentes nos registros de atas de reunião da CPA- 2010 a 2017.....	46

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	12
2 ARTIGO I: PESQUISAS RELACIONADAS A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: PRINCIPAIS ABORDAGENS E ENFOQUES	15
RESUMO	15
1 INTRODUÇÃO.....	16
2 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS.....	17
3 METODOLOGIA.....	19
4 RESULTADOS	20
4.1 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: ATUAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	21
4.2 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: INSTRUMENTO DE GESTÃO.....	22
4.3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PERCEPÇÃO E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELA COMUNIDADE.....	23
4.4 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO.....	24
5 CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS	27
3 ARTIGO II: AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA COMUNIDADE ACADÊMICA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL ...	31
RESUMO	31
ABSTRACT	31
1 INTRODUÇÃO.....	32
2 PARTICIPAÇÃO: O QUE NOS DIZEM AS TEORIAS DA DEMOCRACIA?.....	34
3 METODOLOGIA.....	37
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES - DOCENTE X DISCENTE X TECNICO ADMINISTRATIVOS	39

5.1 REGIMENTO DA CPA: A PERSPECTIVA NORMATIVA DA PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES	40
5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES NAS ELEIÇÕES DA CPA.....	44
5.3 PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES NAS REUNIÕES DA CPA	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
ANEXO I - 4º SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (4º AVALIES - 2019): APRESENTAÇÃO DE TRABALHO	61

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Processos de autoavaliação institucional, realizados em Instituições de Educação Superior (IES), tornaram-se recorrentes após a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) em 2004. Com o advento desse sistema, foram institucionalizadas as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) nas instituições, além da obrigatoriedade de realizar avaliações globais e periódicas.

Essa nova dinâmica incorporada às IES engendrou novas perspectivas para o contexto da avaliação da educação superior. Uma delas, refere-se a série de dados produzidos, e divulgados em relatórios de autoavaliação, em decorrência de avaliações internas realizadas nas IES.

Com o volume e diversidade de informações disponíveis, despontaram uma nova gama de pesquisas acadêmicas sobre esses processos. Esses estudos têm se dedicado, em especial, às problemáticas engendradas pela autoavaliação no interior das instituições.

Nesse sentido, no artigo I (apresentado no *4º Simpósio Avaliação da Educação Superior - 4º AVALIES - 2019*) realizamos uma pesquisa de revisão, onde delineamos um panorama geral da recente produção acadêmica atinente a processos de autoavaliação institucional que ocorrem em IES. O estudo revelou as múltiplas articulações da avaliação com dimensões da universidade. Emergiram várias problemáticas circunscritas para a não utilização dos dados da avaliação, a entaves para atuação da CPA, a dificuldade de mobilização da comunidade e a ausência de cultura da (auto)avaliação.

Ainda no artigo I verificou-se a ausência total de estudos que discutam a participação no interior das Comissões Próprias de Avaliação. Ou seja, a participação ao nível da representação ainda não é explorada e sua relevância passa desapercibida entre pesquisadores.

Observou-se também que, independentemente da abordagem adotada nestas pesquisas, a problemática principal – que aparece em praticamente todas as investigações – está circunscrita para a ausência da cultura da avaliação e da participação. Pois, a dificuldade de mobilizar e conscientizar a comunidade se afigura como um “calcanhar de Aquiles” para o sucesso dos processos de autoavaliação institucional. Decorre daí uma das razões que levam a produção acadêmica a concentrar-se nas questões e entaves que limitam a participação.

Desse modo, quando a questão “participação” é abordada em estudos relacionados a avaliação da educação superior, há uma predileção por focar a participação da comunidade. Contudo, ainda não se percebe um aprofundamento das questões relativas à participação, em suas dimensões, complexidade, teorias, práticas e, sobretudo, às diversas instâncias em que pode ser exercida.

Outra perspectiva engendrada para o contexto da avaliação da educação superior, com a advento do SINAES, refere-se a inserção dos representantes dos seguimentos da comunidade acadêmica ao centro de coordenação do processo avaliativo. Isso trouxe relativa autonomia para as instituições e, sobretudo, a possibilidade de maior envolvimento dos sujeitos na avaliação.

A participação dos representantes da comunidade é caracterizada pela condução e desenvolvimento do processo de autoavaliação que, conforme definido no roteiro de autoavaliação, compreende três etapas: 1) “preparação”, 2) “desenvolvimento” e 3) “consolidação”.

Na etapa I, temos os primeiros movimentos de organização e elaboração da proposta de avaliação para instituição. Na segunda etapa, há realização da coleta de dados. Já para terceira etapa – “consolidação” – devem ser realizadas análises e balanço crítico das informações relacionadas em todo processo. É possível constatar que os representantes, em grande parte, produzem o processo de autoavaliação institucional.

É importante destacar que, diante da pouca participação da comunidade, a participação dos representantes torna-se ainda mais relevante. Isso porque, nessa circunstância, a CPA torna-se, de alguma forma, o espaço mais efetivo de participação dos seguimentos da comunidade.

Contudo, observou-se que os estudos não trazem qualquer discussão sobre a participação no interior desta comissão, passando despercebida no debate acadêmico. Essa ausência de estudos sobre participação dos representantes na CPA despertou nossa atenção ao reexaminarmos os resultados da revisão realizada no artigo I.

Ainda que alguns estudos tratem da atuação da comissão frente ao processo de autoavaliação, os processos participativos que ocorrem no interior da CPA são invisibilizados. Há nesse contexto a ocultação de uma questão democrática que reflete no potencial de construção coletiva da autoavaliação. Assim, sobreveio a necessidade de investigar como e quanto a representação de cada segmento participa efetivamente das atividades da comissão

Nesse sentido, o estudo desenvolvido no Artigo II traz à tona uma questão de democracia que é intrínseca à CPA: as condições de igualdade de participação entre as três representações. Busca investigar como ocorre e o quanto é efetiva a participação dos representantes de cada seguimento.

Portanto, a análise comparativa desenvolvida no artigo II constitui, em parte, um diagnóstico do estado atual da participação na CPA. Por outro lado, tenta pôr em discussão as questões relacionadas à democratização da autoavaliação. Revela que, para além da igualdade formal instituída pela norma, é imperioso construir estratégias para mobilizar e envolver representantes que, por sua especificidade ou realidade diversa, ainda estão distantes do processo.

2 ARTIGO I: PESQUISAS RELACIONADAS A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: PRINCIPAIS ABORDAGENS E ENFOQUES

ALISON COSTA DO NASCIMENTO

Universidade Federal da Bahia
alynascimento@yahoo.com.br

RESUMO

Resumo: O presente artigo buscou identificar e analisar as principais abordagens recorrentes em pesquisas dedicadas a autoavaliação institucional das Instituições de Educação Superior (IES). Para seleção dos artigos utilizou-se os seguintes descritores: “avaliação da educação superior”, “autoavaliação institucional” AND “educação superior”, “autoavaliação” AND “Comissão Própria de Avaliação”. Após levantamentos dos artigos em portais de periódicos da CAPES e do Porta SCIELO, foram selecionados 23 trabalhos, onde identificou-se estudos com as seguintes abordagens: estudos que concentram a análise na autoavaliação enquanto instrumento de gestão, no papel da Comissão Própria de Avaliação na condução do processo, na percepção que membros da comunidade têm em relação a autoavaliação e pesquisas que se ocupam de questões concernentes a participação e envolvimento da comunidade no processo de autoavaliação institucional. Conclui-se que se faz necessária a ampliação e aprofundamento dos estudos que envolvem a autoavaliação institucional, visto que há um caminho longo a percorrer para consolidação dessa prática no âmbito das IES. A construção de uma cultura da (auto)avaliação parece se colocar como o maior desafio a ser enfrentado pelas CPAs e comunidade acadêmica.

Palavras chave: Avaliação. Autoavaliação institucional. Comissão Própria de Avaliação. Educação Superior.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o processo de avaliação institucional em Instituições de Educação Superior (IES) tornou-se objeto de investigação cada vez mais relevante para pesquisadores da área de avaliação da educação superior e constituído um campo de estudo bastante profícuo. A assunção desta importância deve-se, em especial, a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES,2004), que trouxera novas perspectivas para avaliação da educação superior, ao incrementar a realização de avaliações institucionais com características formativa, emancipatória e diagnóstica.

Uma das novidades produzidas pelo SINAES foi a obrigatoriedade de criação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada IES. Dessa forma, instituiu-se a instância responsável pela coordenação do processo autoavaliação na IES, além constituir uma espécie de interlocutor da IES, para questões relacionadas a avaliação, junto ao governo federal.

Com a institucionalização do SINAES, a avaliação da educação superior assume novos contornos e perspectivas. No que corresponde para avaliação interna, na proposta do novo sistema, a avaliação deve abarcar as várias dimensões da IES, considerando a instituição em sua globalidade, e ser capaz de promover o autoconhecimento da instituição.

Após a implantação e consolidação do SINAES, vários estudos vêm se debruçando sob a estrutura, modelo e diretrizes estabelecidas para processo de avaliação institucional das IES e sua eficácia e consequências para desenvolvimento dessas instituições. Dentre estes estudos, emergem aqueles voltados para os processos de avaliação interna.

A partir do momento que a autoavaliação é institucionalizada, estabelecendo-se como parte da política pública de avaliação da educação superior, sua eficácia, finalidade e os desdobramentos decorrentes de sua prática que passam a fazer parte da agenda de um número cada vez maior de pesquisadores. Desse modo, questiona-se que aspectos, características e temáticas vêm sendo contempladas nas pesquisas relacionadas a autoavaliação institucional de IES?

Nesse sentido, este trabalho buscou identificar e analisar as principais abordagens recorrentes em pesquisas dedicadas a autoavaliação institucional de Instituições de Educação Superior (IES), destacando os temas e objetos mais recorrentes.

2 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS

Os debates e perspectivas sobre o papel do SINAES, no processo de reconhecimento da qualidade da educação superior, têm conduzido as discussões e produções acadêmicas para compreensão das teorias e metodologias que envolvem e que devem envolver os processos de avaliação. Desse modo, há necessidade de compreensão e clareza acerca das variáveis e nuances que constituem esse processo, bem como considerar as particularidades de cada instituição avaliada.

A avaliação, mesmo sendo um ato corriqueiro, não é um processo simples, pois implica um conhecimento amplo e profundo de uma situação determinada, traduzida a partir da análise de dados de natureza qualitativa e quantitativa, obtidos pela utilização de métodos e procedimentos rigorosos, assentados em critérios técnicos e bem determinados. (RIBEIRO, 2008, p.52)

Nessa concepção, avaliação também é entendida como “[...] levantamento de informações sobre o processo que está sendo avaliado para subsidiar a tomada de decisão com vistas à melhoria do referido processo.” (MARBACK NETO, 2007 apud VERHINE, 2015, p. 605) As concepções, práticas e métodos que subsidiam a avaliação não podem estar dissociados da realidade social dos avaliados. Devem considerar as especificidades, diversidade e subjetividades imbricadas.

Para Sobrinho (2010, p.193), “Avaliação é produção de sentidos, prática social, portanto, intersubjetiva, relacional, aberta, polissêmica e carregada de valores, que põe em questão os significados dos fenômenos.” Por conseguinte, envolve múltiplos processos cognitivos e psicossociais que refletem na relação estabelecida entre avaliador e avaliado. “É processo dinâmico de comunicação, em que avaliadores e avaliados se constituem mutuamente.” (SOBRINHO, 2010, p.194)

Em razão das discussões, reformulações teóricas, mudança nas perspectivas e abordagens sobre educação e, sobretudo, em relação a finalidade da educação superior, houve transformações no conceito e significado de avaliação. Sobre isso Gadotti (2010, p. 1) enfatiza:

Hoje ela não mais é vista como um instrumento de controle burocrático e centralização, em conflito com a autonomia. Ela está sendo institucionalizada como um processo necessário da administração, condição para a melhoria do ensino e da pesquisa e exigência da democratização.

Por consequência, as mudanças que sucederam no conceito de avaliação implicaram na transição do modelo de análise e verificação da qualidade a educação superior, tornando-o mais complexo e reflexivo.

[...] o essencial da avaliação é pôr em questão - isto é, refletir sobre - os sentidos e os valores do cumprimento do mandato social da educação que os atores, os segmentos institucionais, as instituições e o próprio sistema, conforme os casos, estão desempenhando (SOBRINHO, 2010, p.198).

A avaliação é um processo social e intersubjetivo: uma relação interpessoal que questiona e produz os sentidos, as percepções e os saberes, que constituem os posicionamentos dos sujeitos ante uma realidade. (SOBRINHO, 2010, p.200)

Contudo, mesmo com a evolução do conceito de avaliação, a efetividade da sua prática e aplicabilidade constitui um desafio, sobretudo, quando esta é percebida e utilizada como instrumento de mensuração da qualidade da educação superior.

Mas não se pode negligenciar o fato de que “A dificuldade em se avaliar as instituições é imensa, em face da complexidade de suas estruturas, suas implicações sociais, filosóficas, políticas, éticas, culturais e ideológicas.” (SCAGLIONE; COSTA, 2011, p. 4). Nesse sentido, a avaliação deve, também, considerar as tensões e contradições inerentes às instituições. De outro modo, estará desprezando a heterogeneidade, características e particularidades de cada IES.

Não obstante, conforme salienta Gadotti (2010, p. 4), “Estabelecer uma filosofia que sirva de base para orientar o processo de avaliação é fundamental para o seu êxito. Se não se define essa orientação o processo avaliativo pode se transformar numa atividade rotineira e burocrática sem sentido”. Portanto, é essencial dar sentido a avaliação, tornando-a vetor de desenvolvimento e aperfeiçoamento no âmbito de cada IES.

Conquanto, para além de medir e/ou mensurar a qualidade da educação superior, o sistema oficial de avaliação, tal como opera atualmente, engendra mudanças na gestão e desempenho acadêmicos. Sem embargo dos efeitos positivos e negativos dessas mudanças, a questão central está em torno de qual é a finalidade principal do processo avaliativo.

Os debates e perspectivas sobre o papel do SINAES, no processo de reconhecimento da qualidade da educação superior, têm conduzido as discussões e produções acadêmicas para compreensão das teorias e metodologias que envolvem e que devem envolver os processos de avaliação. Desse modo, há necessidade de compreensão e clareza acerca das variáveis e nuances

que constituem esse processo, bem como considerar as particularidades de cada instituição avaliada.

Por conseguinte, atenta-se para as tendências dos estudos que se debruçam sobre o processo de autoavaliação, o que nos permite vislumbrar possibilidades de compreensão e ampliação de horizontes de pesquisa e investigação no campo da autoavaliação, condicionando para fortalecimento e consolidação de um paradigma de avaliação que valorize a autonomia das IES.

3 METODOLOGIA

A relevância dos processos avaliativos das IES tem crescido substancialmente, sobretudo, em razão da perspectiva de conceber avaliação como instrumento de gestão universitária e aprimoramento das práticas de ensino, pesquisa e extensão e, sobretudo, propiciar a participação da comunidade na construção e desenvolvimento de uma instituição de qualidade.

Nessa perspectiva, este estudo destaca as abordagens mais recorrentes na especificidade do tema “autoavaliação institucional”. Assim, procedeu-se à pesquisa no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no portal Scientific Electronic Library Online (SCIELO), estabelecendo como baliza temporal o período de 2007 a 2018.

Quadro I – Pesquisa realizada em bases de dados

BASE DE DADOS	PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES		SCIELO	
	Resultado/Nº de trabalhos encontrados	Nº de trabalhos selecionados	Resultado/Nº de trabalhos encontrados	Nº de trabalhos selecionados
"avaliação da educação superior" AND "autoavaliação"	45	11	42	3
"autoavaliação institucional" AND "educação superior"	32	7	17	0
"autoavaliação institucional" AND “Comissão Própria de Avaliação”	12	2	1	0
Total	89	20	60	3

Após realização do processo de busca, conforme descritores relacionados no Quadro I, iniciou-se a leitura dos resumos dos artigos encontrados. Excluiu-se os artigos duplicados ou que não tratavam de questões diretamente relacionadas ao processo de autoavaliação Institucional. Nesse sentido, foram priorizados estudos cuja temática é intrínseca ao contexto de autoavaliação da IES, selecionados 23 trabalhos, que serviram de base para construção do presente artigo.

Dentre os artigos selecionados, identificamos quatro abordagens mais recorrentes: estudos que concentram a análise na (1) autoavaliação enquanto instrumento de gestão, no (2) papel da CPA na condução do processo, na (3) percepção que membros da comunidade têm em relação a autoavaliação e pesquisas que se ocupam de (4) questões relacionadas a participação e envolvimento da comunidade no processo de autoavaliação institucional.

Há também estudos que discutem ainda aspectos concernentes para as possibilidades de utilização da autoavaliação para melhoria/aperfeiçoamento do currículo e da prática docente. Mas não serão abordados aqui por conta do número pouco representativo de trabalhos identificados.

4 RESULTADOS

Dentre os artigos selecionados, há razoável equilíbrio numérico entre a maioria das temáticas abordadas. Nas pesquisas que possuem como objeto as atividades da CPA na IES, foram identificados sete artigos. Para os estudos relacionados a utilização da autoavaliação como instrumento de gestão, relacionamos seis artigos. Quando a perspectiva abordada compreende a percepção e significados atribuídos pela comunidade, quatro artigos foram arrolados. Por fim, para a temática “participação da comunidade no processo”, listamos outros seis artigos.

Cada trabalho foi comentado pontualmente, a fim destacar os enfoques, abordagens e objetos dos estudos. Desse modo, dividiu-se em seções, contemplando as quatro temáticas identificadas, que serão discorridas a seguir.

4.1 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: ATUAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Encontram-se pesquisas relacionadas à atuação da CPA em Lehfeld et al., (2010), Silva e Gomes (2011), Alvim e Duarte (2015), Lehfeld, Caritá e Gabarra (2015), Bernardes e Rothen (2015), Santo, Travassos e Caribé (2016), Bernardes e Rothen (2016). Essas pesquisas possuem em comum questões relacionadas às práticas de autoavaliação engendradas pelas Comissões Próprias de Avaliação na IES. Descrevem o processo de planejamento e as condições de implantação da autoavaliação nas IES, destacando as dificuldades enfrentadas e experiências vivenciadas por membros da CPA.

Lehfeld e colaboradores (2010), caracterizam todo o processo de autoavaliação institucional – em uma Universidade privada de São Paulo –, relacionando experiências anteriores e posteriores ao SINAES. Descrevem o planejamento realizado para construção da autoavaliação e os procedimentos metodológicos adotados para coleta de dados, bem como a análise, consolidação e compartilhamento dos resultados.

Há também uma crítica para o caráter de regulação e controle do SINAES, em virtude da ênfase dada para o Conceito Preliminar de Curso (CPC), Índice Geral de Cursos (IGC) e Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), sobrepondo-se a perspectiva formativa da autoavaliação institucional. Assim, para esses autores, “Todo o trabalho de autoavaliação realizado pelas CPAs foi inteiramente desconsiderado nesse conceito.” (LEHFELD e colaboradores, 2010, p.190)

Silva e Gomes (2011) analisam os marcos legais que delimitaram a “formulação” e “implementação” do SINAES e suas consequências para organização e atuação da CPA no âmbito de duas IES federais. São relacionadas as etapas de preparação, desenvolvimento e o processo de consolidação empreendidos na autoavaliação.

Os autores destacam ainda a complexidade que envolve o processo de autoavaliação e as dificuldades encontradas pelas CPAs, nas duas IES, para promoção da cultura da autoavaliação junto a comunidade acadêmica. Concluem “[...] que CPA/SINAES não tem conseguido instituir a prática da avaliação sistêmica baseada no paradigma subjetivista e emancipatório [...]”. (Silva e Gomes, 2011, p.596) Assim, revelam a existência de assimetrias entre a autoavaliação formulada pelo SINAES e aquela efetivamente realizada pela CPA.

Bernardes e Rothen (2015) desenvolveram um estudo sobre autoavaliação institucional realizada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Nessa pesquisa, os autores buscam investigar as características do processo de autoavaliação que se aproxima das perspectivas regulatória e/ou emancipatória relacionadas do SINAES. Após realizar um recorte histórico, destacando as experiências avaliativas empreendidas a partir da década de 1990, são salientadas as dificuldades encontradas pela CPA para construção e realização do processo de autoavaliação.

Os autores concluem que “[...] em alguns momentos teve a predominância da avaliação regulatória [...]. Contudo, também houve momentos em que a avaliação emancipatória e formativa foram atuantes [...]”. (BERNARDES; ROTHEN, 2015, p.443)

4.2 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: INSTRUMENTO DE GESTÃO

Há pesquisas que dão destaque para autoavaliação como instrumento de gestão na IES em Décia e Argolo (2010), Scaglione e Costa (2011), Maba e Marinho (2012), Aita e Pin (2015), Ferreira e Freitas (2017), Garske, Tosta e Menezes (2017). Apesar das especificidades de cada texto, uma característica peculiar desses estudos é a preocupação com as possibilidades que a autoavaliação oferece para tornar a gestão e planejamento da IES mais eficientes do ponto de vista acadêmico e administrativo.

Scaglione e Costa (2011) abordam a questão da qualidade das IES no contexto da política pública de avaliação da educação superior estabelecida pelo SINAES. Destacam as implicações da perspectiva regulatória do sistema, no acirramento da competitividade entre as IES privadas e as consequências desse processo para a gestão dessas instituições. Após discutir as relações entre competitividade e qualidade no âmbito das instituições privadas, os autores afirmam a importância de utilização dos resultados da avaliação como instrumento de gestão e elaboração do planejamento estratégico da instituição.

Na perspectiva de evidenciar a relação entre a autoavaliação institucional e o processo de tomada de decisão, Maba e Marinho (2012) focalizam, a partir de um estudo de caso, as possibilidades de melhoria da eficiência e aprimoramento da gestão quando se utiliza os dados oriundos do processo avaliativo. Demonstram como os pontos fortes e fracos identificados com a autoavaliação propiciam melhores condições para tomada de decisão no interior da IES.

Assim, destacam a importância da autoavaliação para o planejamento e tomada de decisão que “[...] se sustenta em pilares sólidos, como: a certeza na escolha de uma opção; a rapidez em se realizar essa escolha; a proatividade decisória (e não reatividade) [...]”. (MABA; MARINHO, 2012, P. 468) Os autores comentam ainda que a diversidade e complexidade próprias do processo de tomada de decisão demandam cada vez mais a realização de processos avaliativos sólidos e consistentes e a efetiva utilização desses resultados.

Em um estudo de caso realizado numa universidade privada, Ferreira e Freitas (2017) analisam, enfatizando na perspectiva formativa da avaliação, quais as possibilidades que a autoavaliação oferece para organização e reestruturação da IES. Neste estudo também são descritos os eixos e dimensões de avaliação relacionados no SINAES e como estes foram apropriados pela instituição para orientar as ações de gestão.

Por fim, concluem que a autoavaliação institucional constituiu uma “força motriz de ações inovadoras e de mudanças positivas” na IES, além de promover “[...] alterações significativas nos rumos institucionais.” (FERREIRA; FREITAS, 2017, p. 219) Dessa forma, a autoavaliação promoveu profundas implicações na gestão da instituição, sobretudo o fomento de novas possibilidades de planejamento e elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

4.3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PERCEPÇÃO E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELA COMUNIDADE

Observam-se pesquisas que discutem questões relacionadas à percepção/significado da autoavaliação para categorias pertencentes a comunidade acadêmica em Reis, Silveira e Ferreira (2010), Andriola e Souza (2010), Falleiros, Pimenta e Júnior (2016), Bettencourt e Earp, (2017). Nestes estudos, há preocupação em evidenciar os pontos de vista dos sujeitos envolvidos, bem como relacionar essa percepção e seus efeitos para (in)existência da cultura da autoavaliação no interior de cada IES.

Andriola e Souza (2010) se propõem a analisar a cultura da autoavaliação institucional a partir das representações sociais engendradas pelos gestores e técnico-administrativos da Universidade Federal do Ceará (UFC). Após discorrer sobre os conceitos de cultura e representação, os autores apontam as percepções dos gestores e técnico-administrativos em

relação ao processo de autoavaliação institucional, apresentando a visão desses atores acerca das vulnerabilidades e potencialidades da autoavaliação. Nas considerações finais, encerra-se afirmando que, apesar da diversidade cultural dos atores envolvidos, há um ponto em comum: “o desejo de contribuir para o aprimoramento e o desenvolvimento da instituição [...]” (p. 70).

Em artigo intitulado de “O significado da autoavaliação institucional na perspectiva de técnicos-administrativos de uma universidade pública”, Falleiros, Pimenta e Júnior (2016), analisam os significados atribuídos à autoavaliação por técnicos de classe E que ocupam cargos de gestão na Universidade Federal de Uberlândia. Ao investigar a percepção dos sujeitos, os autores evidenciam a existência de distorções e imprecisões em relação ao significado da autoavaliação e sua finalidade. Também se observou a ausência de participação efetiva e descrença de parte dos gestores em relação a utilização dos resultados da autoavaliação para melhoria da gestão e qualidade da IES. Finalizam salientando que na pesquisa ficou demonstrado o desinteresse e a falta de reflexão dos gestores em relação ao processo de autoavaliação.

Numa abordagem mais específica e direcionada, Bettencourt e Earp (2017) publicaram estudo que focaliza os significados da avaliação do ensino para os estudantes. Partindo de uma análise da avaliação realizada no âmbito do processo de autoavaliação institucional, as autoras evidenciam que a maioria dos estudantes desconhecem os resultados das avaliações do ensino que realizam e tampouco seus efeitos para melhoria da qualidade da educação. Nas conclusões, sinaliza-se para necessidade de priorizar a cultura da autoavaliação e a inserção de instrumentos de participação que contemplem todas as etapas do processo, desde a elaboração das propostas até a discussão e utilização dos resultados da avaliação.

4.4 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO

Verificam-se pesquisas que dizem respeito à participação de categorias da comunidade acadêmica na autoavaliação institucional em Polidori, Fonseca e Larrosa (2007), Palitot, Santos e Brito (2015), Fabrizio e colaboradores (2015); Zattoni, Rodrigues e Santos (2015), Félix e Furtado (2016), Martins e Ribeiro (2018). Na maioria dessas abordagens, o centro de discussão está relacionado à forma como ocorre a participação na autoavaliação institucional ou os

mecanismos de participação utilizados para envolver a comunidade acadêmica no processo. No geral, esses trabalhos apontam para baixa participação da comunidade na autoavaliação institucional e destacam a inexistência de uma cultura da participação na IES.

Polidori, Fonseca e Larrosa (2007) analisam a questão da participação da comunidade na autoavaliação institucional no contexto de implementação das políticas públicas de avaliação da educação superior engendradas com a criação do SINAES. A partir de um estudo de caso realizado no Centro Universitário Metodista IPA, as autoras buscam verificar o grau de participação da comunidade, destacando-a como elemento fundamental para o sucesso da autoavaliação, visto que são os atores institucionais que propiciam o autoconhecimento da IES. Concluem enfatizando que em processos com características democráticas e participativas, a autoavaliação suscita uma inter-relação com a comunidade, fortalecendo o desenvolvimento de práticas avaliativas.

A partir da análise de uma série histórica de autoavaliações realizadas no período 2008 a 2010 e 2012, Félix e Furtado (2016) discutem a intensidade da participação no contexto das políticas públicas de avaliação delineadas com o advento do SINAES. Debatem o conceito de participação posto pelas teorias democráticas e como estes estão inseridos no contexto da autoavaliação interna. São apresentados os percentuais de participação de cada categoria (discentes, docentes e técnico-administrativos) da comunidade acadêmica que, no geral, são baixos.

Esses autores defendem que a baixa intensidade dessa participação está associada a fatores como ausência de interesse dos participantes, dificuldades no processo de sensibilização, mas também a não realização de processos meta-avaliativos que considerem os resultados oriundos da autoavaliação. Concluem apontando para necessidade de a CPA instituir processos de avaliação mais consistentes e que priorizem a participação da comunidade em todas as etapas, de modo a “[...] preparar as pessoas para uma participação efetiva e responsável, de modo permanente e inovador” (FÉLIX; FURTADO, 2016, p. 78).

Buscando compreender como ocorre a participação dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) no processo de autoavaliação institucional, Martins e Ribeiro (2018) investigam os relatórios de autoavaliação elaborados pelas Comissões Próprias de Avaliação de cinco Universidades públicas federais. A pesquisa demonstrou que, nas IES pesquisadas, a participação dos TAEs ocorre ainda de maneira limitada, não configurando participação efetiva por parte desta categoria. Nas considerações finais, sinaliza-se que a participação, enquanto um

dos pilares do SINAES, não tem integrado a política de avaliação das IES, ocorrendo apenas de forma simbólica.

5 CONCLUSÃO

Os trabalhos relacionados no presente estudo demonstram a assunção da relevância do tema “autoavaliação institucional” que fora potencializada com a implementação do SINAES. Mas, também, em virtude da compreensão de que avaliação interna é fundamental para o fomento da qualidade da educação superior nas IES. Assim, há um direcionamento para as práticas avaliativas que se aproximem da perspectiva emancipatória e formativa, com foco em processos que enfatizam a identidade e particularidade de cada instituição.

Evidenciou-se a preocupação dos pesquisadores em trazer à tona as principais problemáticas enfrentadas no âmbito da avaliação interna, no contexto da política pública de avaliação da educação superior. As abordagens aqui descritas demonstram que a avaliação é uma prática social multifacetada que se articula com diversas dimensões das IES.

As dificuldades, virtudes, limitações e potencialidades da avaliação revelam a complexidade que envolve o ato de avaliar. Contudo, evidenciam a sua necessidade para o fomento da qualidade da educação, sobretudo em razão da dinâmica de funcionamento própria das IES. De certo, os processos avaliativos devem possuir como principal finalidade a melhoria das condições de ensino, pesquisa, extensão, além do fortalecimento da gestão administrativa e desempenho acadêmico. Deve contribuir para o crescimento da instituição como um todo.

Dentre as abordagens aqui apresentadas destaca-se a que diz respeito a participação da comunidade na autoavaliação institucional. Na verdade, o tema participação transversa praticamente todos os estudos que se dedicam a autoavaliação institucional. É ponto pacífico entre os pesquisadores a necessidade de democratização da autoavaliação e efetiva participação da comunidade em todas as etapas do processo.

Nesse sentido, Leite (2004) salienta que a qualidade do processo avaliativo, dos métodos, instrumentos e participantes decorre da presença substancial de democracia. Porquanto, é um processo construído gradativamente com efetivo envolvimento dos sujeitos, caminhando para instituir autonomias dos sujeitos, dos coletivos e da instituição. A avaliação

participativa não é uma fórmula pronta a ser aplicada nas IES, objetivando determinado resultado, mas é sim uma possibilidade, um caminho.

Por fim, conclui-se que é imprescindível a ampliação e aprofundamento dos estudos que envolvem a autoavaliação institucional, visto que há um caminho longo a percorrer para consolidação desta prática no interior das IES. A construção de uma cultura da (auto)avaliação parece se colocar como o maior desafio a ser enfrentado pelas CPAs e comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

AITA, Maria Cristina Gubiani; PIN, Silvana Aparecida. A Cultura de Avaliação na URI: Perspectivas para a Qualidade e a Gestão. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - AVALIES**, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: AVALIES, 2015. p. 9-18. v. 1. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/avalies/anais-do-evento/artigos-1/145739>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ALVIM, Cristina G; DUARTE, Marisa R. T. Planejamento da Avaliação Institucional na UFMG a partir da reestruturação da Comissão Própria de Avaliação. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - AVALIES**, 1., 2015, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre: AVALIES, 2015. 430 p. p. 310-321. v. 1. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/dai/textos/AVALIES.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; SOUZA, Laura Alves de. Representações sociais dos gestores e dos técnicos das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) acerca da autoavaliação institucional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 45-72, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n2/a03v15n2.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2018.

BERNARDES, Joelma dos Santos; ROTHEN, Jose Carlos. Comissão Própria de Avaliação: dois lados de uma mesma moeda. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 420-446, maio. 2015. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2966/3068>>. Acesso em: 12 nov. 2018

BERNARDES, Joelma dos Santos; ROTHEN, Jose Carlos. O campo da Avaliação da Educação Superior: foco na Comissão Própria de Avaliação. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 248-277, maio. 2016. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/991/pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018

BETTENCOURT, Maria Beatriz; EARP, Maria de Lourdes Sá. Significados das avaliações do ensino pelos estudantes: um estudo qualitativo na educação superior brasileira. **Revista Lusófona de Educação**, [S.l.], v. 36, n. 36, aug. 2017. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5995>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BRANCO, Cíntia L. et al. Participação de discentes de Pós-Graduação na Autoavaliação Institucional da UFMT: uma reflexão sobre a Cultura de Avaliação. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - AVALIES**, 1., 2015, Florianópolis. Anais... Porto Alegre: AVALIES, 2015. p. 36-47. v. 1. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/avalies/anais-do-evento/artigos-1/145930>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

DÉCIA, Ana Cristina Muniz; ARGOLLO, Rivalda Siveira Nunes de. Autoavaliação institucional na UFBA na era SINAES: a experiência revisitada na Escola de Administração. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 387-404, maio. 2010. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2019/1979>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

DIAS SOBRINHO, José. AVALIAÇÃO EDUCATIVA: PRODUÇÃO DE SENTIDOS COM VALOR DE FORMAÇÃO. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S.l.], v. 13, n. 1, jul. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs3/index.php/avaliacao/article/view/259>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FABRIZIO, Silvane Brand et al. Avaliação da Educação Superior: Uma Análise do Processo de Avaliação de uma Unidade Descentralizada da UFSM. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - AVALIES**, 1., 2015, Florianópolis. Anais... Porto Alegre: AVALIES, 2015. p. 357-371. v. 1. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/avalies/anais-do-evento/artigos-1/145729-1>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

FALLEIROS, Ana Elisa de Souza; PIMENTA, Márcio Lopes; JÚNIOR, Valdir Machado Valadão. O significado da autoavaliação institucional na perspectiva de técnicos-administrativos de uma universidade pública. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 593-618, jul. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772016000200593&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 jul. 2018.

FÉLIX, Glades Tereza; FURTADO, Daniele Barros Vargas. Autoavaliação institucional e (in)cultura de participação na universidade. **HOLOS**, [S.l.], v. 1, p. 69-80, fev. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2151>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

FERREIRA, Maurício da Silva; FREITAS, Antônio Alberto da Silva Monteiro de. Implicações da avaliação institucional na gestão universitária: a experiência da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 201-221, mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000100201&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 12 nov. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Avaliação institucional**: necessidade e condições para a sua realização. Instituto Paulo Freire, 2010. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Avali_Institucional.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2017.

GARSKE, Lindalva Maria Novaes; TOSTA, Milena Oliveira; MENEZES, Pamela Jordana de. Meta-avaliação: o processo de autoavaliação da Universidade Federal de Mato Grosso, câmpus universitário de rondonópolis. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - AVALIES**, 3., 2017, Florianópolis. **Anais...** Porto Alegre: AVALIES, 2017. v. 3. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179358/101_00697%20-%20ok.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 jun. 2018.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza, et al. Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, vol. 15, no 1, 2010, p. 177–194. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000100010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 29 jul. 2018.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza; CARITÁ, Edilson Carlos; GABARRA, Manoel Henrique Cintra. Experiências Processuais e Metodológicas na Avaliação de Instituição de Educação Superior: um estudo de caso. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - AVALIES**, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: AVALIES, 2015. 430 p. p. 131-145. v. 1. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/avalies/anais-do-evento/artigos-1/145804>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

LEITE, Denise. **Reformas Universitárias**. Avaliação Institucional Participativa. Petrópolis: Vozes, 2005. 141 p.

MABA, Elita Grosch; MARINHO, Sidnei Vieira. A autoavaliação institucional no processo de tomada de decisão em IES: estudo de caso das Faculdades SENAC/SC. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 455-480, jul. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772012000200009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 jul. 2018.

MARBACK NETO, Guilherme. Avaliação: instrumento de gestão universitária. Vila Velha: Hoper, 2007. In: VERHINE, Robert E. *Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES*. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, [S.l.], v. 20, n. 3, out. 2015. ISSN 1982-5765. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs3/index.php/avaliacao/article/view/2323>>. Acesso em: 20 jan. 2017

MARTINS, Joice da Costa; RIBEIRO, Jorge Luiz Lordelo de Sales. A participação dos servidores técnico-administrativos na avaliação institucional: o que dizem os relatórios autoavaliação institucional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 509-530, out. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772018000200509&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 08 out. 2018.

PALITOT, Mônica Dias; SANTOS, Chayenne Pereira dos; BRITO, Luciana Vieira. A Construção da Cultura de Avaliação na Universidade Federal da Paraíba - UFPB. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - AVALIES**, 1., 2015, Florianópolis. **Anais...** Porto Alegre: AVALIES, 2015. p. 9-18. v. 1. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/avalies/anais-do-evento/artigos-1/145905>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

POLIDORI, Marlis Morosini; FONSECA, Denise Grosso da; LARROSA, Sara Fernanda Tarter. Avaliação Institucional Participativa. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 333-348, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772007000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 nov. 2018.

REIS, Cisne Zélia Teixeira; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Autoavaliação em uma instituição federal de ensino superior: resultados e implicações. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S.l.], vol.15, n.3, p.109-129. mai. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000300006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 25 maio 2018.

RIBEIRO, Jorge L. L. S. *Características da implementação do sistema de avaliação da educação superior (SINAES) em instituições de ensino superior*. 2008. 266 f. tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTO, Eniel do Espírito; TRAVASSOS, Xisto Lucas; CARIBÉ, Sabrina Oliveira. Análise do nível de implantação do processo de autoavaliação nas faculdades privadas de Salvador, Bahia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 153-172, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772016000100153&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 nov. 2018.

SCAGLIONE, Vera Lucia Telles; COSTA, Marcello Nitz da. *Avaliação da Educação Superior e a Gestão Universitária: Padrões de Qualidade Definidos Pelas Instituições de Ensino Superior, Pelo MEC e Pela Sociedade, Incluindo ENADE, IDD, CPC e IGC*. In: **Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, 11., 2011, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/25965/2.12.pdf?sequence=1> Acesso em: 14 jan. 2017.

SILVA, Assis Leão da; GOMES, Alfredo Macedo. Avaliação institucional no contexto do SINAES: a CPA em questão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 573-601, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n3/v16n1a05.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2018

3 ARTIGO II: AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA COMUNIDADE ACADÊMICA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL

RESUMO

O artigo desenvolve uma análise comparativa da participação dos representantes da comunidade acadêmica na Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O estudo da participação ocorreu a partir da exploração de documentos relacionados à etapa de planejamento e construção do processo de autoavaliação. Para desenvolvimento da pesquisa, utilizamos o regimento interno, as atas de eleição de membros e atas de reuniões da Comissão. Efetuando-se uma leitura sistemática e análise qualitativa do regimento interno da Comissão, avaliou-se a participação sob o ponto de vista normativo, destacando questões relacionadas a poder de decisão, liderança e mandato de cada segmento. Em levantamento feito nas atas de eleição, tabulou-se dados quantitativos de inscritos para concorrer a função de membro representante na composição da CPA, verificando a adesão e/ou interesse de cada categoria para concorrer ao pleito. Partindo de uma abordagem qualitativa-quantitativa de dados das atas de reuniões, observou-se a forma de atuação, envolvimento e a frequência de cada categoria. Os resultados demonstram que há significativo desequilíbrio de participação entre as três representações da comunidade. Sendo assim, se faz necessário construir estratégias de promoção da equidade da participação entre as representações, colocando-as em posições de igual envolvimento, poder e influência.

Palavras-chave: Autoavaliação; Participação; Representante; Comissão Própria de Avaliação.

ABSTRACT

Abstract: The article develops a comparative analysis of the participation of representatives of the academic community in the Own Evaluation Committee of the Federal University of Recôncavo da Bahia. The participation study took place from the exploration of documents related to the planning and construction stage of the self-evaluation process. For the development of the research, we used the bylaws, the minutes of election of members and minutes of meetings of the Commission. By making a systematic reading and qualitative analysis of the Commission's internal regulations, participation was assessed from a normative point of view, highlighting issues related to the decision-making power, leadership and mandate of each segment. In a survey carried out in the minutes of election, quantitative data of registrants were tabulated to compete for the role of representative member in the composition of the CPA, verifying the adhesion and / or interest of each category to compete in the election. Starting from a qualitative-quantitative approach to data from the minutes of meetings, the form of performance, involvement and frequency of each category was observed. The results demonstrate that there is a significant imbalance of participation between the three representations of the community. Therefore, it is necessary to build strategies to promote

equity in participation between representations, placing them in positions of equal involvement, power and influence.

Keywords: Self-evaluation; Participation; Representative; Preliminary Evaluation Committee

1 INTRODUÇÃO

Publicada em 14 de abril de 2004, a lei federal nº 10.861 institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Esse sistema inaugurou no Brasil a primeira iniciativa governamental para implementação de uma política pública, com perspectiva global e sistêmica, de avaliação da qualidade da educação superior. Desde então, a avaliação desse nível de ensino passou a considerar o desempenho das Instituições de Educação Superior (IES) em sua totalidade.

Dentre as principais características do SINAES destaca-se a sua dupla perspectiva. Por um lado, realiza a avaliação com objetivos regulatórios (que abrange a avaliação de cursos e dos estudantes) com foco no controle. Por outro, propõe um modelo de avaliação com características formativas e educativas, composto pelas avaliações externa e interna (que corresponde a autoavaliação institucional) das IES.

Instituir previsão legal específica – tornando obrigatório o processo de avaliação interna – foi, sem dúvida, um significativo avanço instituído com a implementação do SINAES. Para organizar e coordenar a autoavaliação, a referida lei estabeleceu ainda a obrigatoriedade de criação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada IES, “[...] com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) [...]” (BRASIL, 2004).

No inc. 2º do art. 11º, a referida lei destaca ainda que na constituição da CPA deve ser “[...] assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos”. Portanto, definiu-se claramente a obrigatoriedade de participação das três categorias que compõem a comunidade acadêmica, além da sociedade civil.

Depreende-se daí que a condução do processo de autoavaliação institucional deve ocorrer por meio da representação. Assim, os representantes assumem a responsabilidade de executar as atividades de avaliação interna da instituição, ocupando a posição de agentes de autoavaliação. Na medida em que atuam em nome dos segmentos da comunidade, os membros da CPA exercem papel fundamental para democratização da autoavaliação.

Contudo, mesmo diante da relevância para o sucesso e fomento dos processos de autoavaliação institucional, a participação e atuação dos membros representantes na CPA ainda são pouco explorados e discutidos nos estudos que se debruçam sobre as atividades dessa comissão. Na verdade, percebe-se que esse debate é negligenciado, sobretudo quando observamos a inexistência de discussões que articulem participação e representação.

Quando o assunto é participação, a maioria das pesquisas abordam a participação da comunidade na autoavaliação institucional, ao tempo que ignoram questões sobre participação no interior nas comissões. Decorre daí uma constatação que merece destaque: não há preocupação em discutir ou debater questões relacionadas à equidade na participação entre os membros representantes das categorias que atuam nas comissões, e tão pouco como estes têm exercido a representação na CPA. Tem sido tratada como uma questão secundária e pouco importante a participação dos membros da comissão no fomento dos processos de autoavaliações em IES.

Em verdade, a participação ampla e irrestrita de toda comunidade acadêmica deve ser perseguida para que tenhamos uma avaliação verdadeiramente democrática. No entanto, pressupõe-se que, se não há uma participação democrática entre os segmentos que representam a comunidade na CPA, há necessariamente uma incongruência que pode refletir na participação da comunidade.

Em virtude da baixa adesão e envolvimento da comunidade acadêmica da maioria das IES nos processos avaliativos, o espaço da CPA tem se constituído em lócus do maior nível de participação que pode ser verificado no contexto dos processos de avaliação interna.

Portanto, como não há discussão em torno das distinções que existem entre os representantes, prevalece uma visão homogeneizante da participação de cada categoria, ignorando as especificidades dos espaços que ocupam e dos papéis que desenvolvem na condição de atores institucionais. Consequentemente, desconsideram-se as possíveis

implicações que a singularidade da representação de cada categoria pode trazer para processo de autoavaliação e refletir na participação de cada segmento.

Logo, se há o desejo de assumir expressamente a proposta de que a avaliação interna deve ser constituída a partir de um processo coletivo que contemple todos os atores sociais envolvidos ou relacionados à universidade, pressupõe-se que a democratização da autoavaliação já deve estar presente no interior na própria CPA. Sendo assim, entre os representantes das categorias, a participação democrática deve ser uma característica inerente à construção do processo de autoavaliação.

Assim questionamos se os três segmentos participam igualmente ou o quão democrático é a Comissão Própria de Avaliação enquanto espaço de participação dos representantes na construção do processo de autoavaliação?

Nesse sentido, propõe-se aqui realizar uma análise comparativa da participação dos representantes das três categorias que compõem a comunidade acadêmica, de modo a verificar a existência de equidade entre estes.

Como estratégia de investigação, capaz de captar evidências que demonstrassem o status quo da participação das três categorias, utilizamos a pesquisa documental. Estabelecemos uma baliza temporal, que compreende os três primeiros ciclos avaliativos da UFRB. Sendo assim, foram arrolados os registros documentais produzidos nesse interstício, constituindo a nossa fonte de dados para construção da pesquisa.

As informações coletadas e o tratamento dos dados permitiram realizar inferências e proceder a análises qualitativas e quantitativas da participação dos representantes enquanto membros da CPA.

2 PARTICIPAÇÃO: O QUE NOS DIZEM AS TEORIAS DA DEMOCRACIA?

A multiplicidade de sentidos atribuídos e a indefinição do termo “participação” contribuíram para promover intenso debate acadêmico – sobretudo a partir da segunda metade do século XX – no campo das teorias democráticas. Essas discussões emergiram num contexto de pós-segunda guerra e estão diretamente relacionadas às divergências constituídas entre a ordem democrática liberal – que se estabelecera nos países centrais – e as propostas alternativas

de democracia participativa e deliberativa, dedicadas às formas de inclusão das classes populares nos processos de decisão política.

Nesse sentido, o avanço dos debates teóricos relacionados às concepções de democracia têm contribuído significativamente para problematizar as perspectivas relacionadas a participação direta e indireta nos espaços de decisão política.

Por um lado, temos os defensores da democracia participativa ou direta – chamados também de participacionistas. Estes advogam que um sistema de governo só pode ser considerado plenamente democrático quando todos os cidadãos envolvidos têm direito a opinar, influir e participar dos processos decisórios que dizem respeito à coletividade. Noutra perspectiva, têm-se os sectários da democracia representativa, para quem a participação ampla e direta do povo é inviável e a representação é o caminho possível para democracia.

Deveras, as aceções políticas e filosóficas empreendidas nestes embates têm como pano de fundo os limites que a participação pode alcançar na manutenção do Estado democrático. “À medida que o debate sobre o significado estrutural da democracia muda os seus termos, uma segunda questão parece vir à tona: o problema da forma de democracia e da sua variação” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 41). Assim, nas tensões desveladas entre as concepções hegemônicas e contra-hegemônicas de democracia, o debate em torno do papel que deve ser conferido à participação assume a centralidade.

Na concepção hegemônica de democracia – alinhada à sustentação do sistema capitalista – a estrutura de governo é constituída por representantes eleitos pelo povo. A participação se encerra com o fim processo de seleção/escolha daqueles cuja autoridade fora outorgada pelo voto. Pateman (1992) salienta que, nesse modelo de democracia, 'participação', no que diz respeito à maioria, constitui a participação da escolha daqueles que tomam decisões". Desse modo, é conferido um caráter utilitarista para participação. Pois, serviria como instrumento de manutenção do *status quo* do modelo de democracia liberal e preservação da estabilidade do sistema.

Em outra vertente, oriunda de concepções não hegemônicas de democracia – democracia participativa –, a participação deixa de ser mero acessório e/ou instrumento e é deslocada para o centro do processo. Nessa concepção, a participação é entendida como o efetivo envolvimento das massas nos processos de tomada de decisão. Os atores sociais se beneficiam da prerrogativa de decidir e são responsáveis diretos pelas consequências de suas

decisões. Assim, "[...] a única política a ser aceita por todos é aquela em que os benefícios e encargos são igualmente compartilhados" (PATEMAN, 1992). Contudo, Silva (2003) salienta que o maior desafio que se impôs para os teóricos da democracia participativa, está relacionado para construção de caminhos possíveis para alcançá-la.

A despeito dos debates teóricos contemporâneos concernentes à democracia, em geral a literatura aponta para as dificuldades de precisar o conceito de participação. A ideia de participação está estreitamente associada para as acepções das correntes teóricas da democracia, variando conforme o *status quo* teórico-democrático. Desse modo:

[...] "participação" é, a um só tempo, categoria nativa da prática política de atores sociais, categoria teórica da teoria democrática com pesos variáveis segundo as vertentes teóricas e os autores, e procedimento institucionalizado com funções delimitadas por leis e disposições regimentais. A multidimensionalidade ou polissemia dos sentidos práticos, teóricos e institucionais torna a participação um conceito fugidio, e as tentativas de definir seu valor ou seus efeitos, escorregadias (LAVALLE; VERA, 2011)

Portanto, diante da amplitude do conceito, as tentativas de definir participação devem levar em conta o sentido da democracia em questão e base axiológica na qual está circunscrita.

Ao realizar uma revisão da literatura, Borba (2011) sintetiza os modelos e classificações mais recorrentes sobre participação. Destaca ainda que as formulações teóricas que permitiram classificar as formas e/ou modos de participação estão relacionados a contextos e práticas políticas, e foram constituídos a partir de estudos empíricos. O autor salienta que, nas investigações analisadas, verificou-se que estudos revelam a existência de variado repertório de ações políticas, o que demonstra a pluralidade do conceito e o caráter multidimensional da participação.

Não obstante, Demo (2015, p.13) aponta que "Participação é conquista. Não é doação, dádiva, presente. Nem imposição. Nunca é suficiente. Também não preexiste [...]". Nesse sentido, o ato de participar deve ser entendido como o processo contínuo e inacabado que exige dos atores envolvidos a compreensão de que participação é algo que possui mais contornos políticos que técnicos.

Assim, participação está mais próxima da qualidade que da quantidade. Por conseguinte, a avaliação que não constitui substancialmente um processo autoavaliativo não possui a qualidade característica da participação (DEMO, 2015).

As concepções de participação relacionadas nos parágrafos anteriores fundamentaram as análises empreendidas na discussão dos resultados do estudo. Destaca-se ainda que o entendimento sobre participação adotado corrobora a perspectiva da democracia participativa, cuja participação é percebida a partir da presença e, sobretudo, do envolvimento dos indivíduos nas atividades e processos decisórios da autoavaliação institucional.

Outrossim, o entendimento sobre a extensão do conceito de participação que compartilhamos neste estudo diz respeito a dois aspectos que podem ser considerados primordiais na teoria: a forma (como participa?) e frequência e/ou intensidade (o quanto participa?). Portanto, a abordagem aqui proposta considera os aspectos qualitativo e quantitativo da participação.

3 METODOLOGIA

Para elaboração do estudo utilizou-se, essencialmente, os documentos produzidos em decorrência das atividades desenvolvidas pela CPA nas etapas do processo de autoavaliação institucional. Portanto, trata-se de pesquisa documental constituída a partir dos registros de reuniões, processos e documentos oficiais.

A abordagem dos dados seguiu o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011). Na primeira etapa do estudo, iniciamos com a seleção dos documentos. A escolha considerou o seguinte critério: possuir informações relacionados a normas, processos ou atividades que exigiram a participação ou inclusão dos representantes dos três seguimentos da comunidade. A fim de circunscrever o período de estudo, definiu-se ainda como baliza temporal a realização dos três primeiros ciclos avaliativos da UFRB, compreendendo os anos de 2010 a 2017¹.

Concluída a seleção, partiu-se para a pré-análise dos documentos, seguido de leitura e posteriormente a organização sistemática do material, selecionando informações capazes de subsidiar as respostas para a questão posta no estudo. Desse modo, definiu-se um corpus que

¹ O primeiro ciclo avaliativo da UFRB iniciou em 2009. Contudo, constam a partir de 2010, os primeiros registros das atas de reunião selecionadas para o estudo.

fora constituído à luz dos objetivos definidos para a pesquisa. O conjunto de documentos utilizados estão relacionados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Relação de documentos utilizados para o estudo

Conteúdo	Tipo	Ano/período	Local/disponibilidade	Análise
Regimento da CPA	Resolução	2012	Formato digital no sitio da CPA	Qualitativa
Dados das eleições da CPA	Ata	2013 e 2016	Arquivo da CPA/UFRB	Quantitativa
Registro de reuniões da CPA	Ata	2010 a 2017	Arquivo da CPA/UFRB	Quantitativa/Qualitativa

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Na segunda etapa procedemos a exploração do material, realizando-se procedimentos e técnicas de qualificação e quantificação dos dados. Assim, foram produzidos, de forma concomitante, dados e informações da participação das representações “Docente”, “Técnico-Administrativo em Educação” e “Discente”.

Na terceira etapa, para análise e comparação da participação dos representantes das três categorias, os documentos foram submetidos a procedimentos de análise variados, que considerou o tipo e as características dos dados disponíveis em cada fonte.

Assim, para exame do regimento, efetuou-se a leitura sistemática da Resolução, identificando os termos, palavras e artigos relacionadas a participação dos três seguimentos em atividades da Comissão, subcomissões e processos decisórios. Portanto, a partir da observância do aspecto regimental e normativo da CPA, buscou-se verificar se as normas relacionadas a participação são equivalentes para as três categorias representadas.

No exame das Atas de Eleição, tabulou-se dados quantitativos de inscritos para concorrer a função de membro representante na composição da CPA, verificando a adesão e/ou

interesse de cada categoria para concorrer ao pleito. Além da comparação da concorrência, comparou-se ainda a proporção de candidatos em relação ao universo de cada segmento.

O tratamento dado às atas de reunião da CPA permitiu observar duas dimensões da participação. A primeira, refere-se a frequência com que cada representação compareceu as reuniões ao longo dos três ciclos avaliativos. Na segunda dimensão, a partir dos registros (comentários e manifestações exarados pelos representantes) das atas, observou-se a qualidade da participação, atentando-se para o envolvimento nas discussões e atividades desenvolvidas pela CPA.

Após identificação e operações de recortes dos textos, realizou-se a categorização temática, sendo associadas às unidades de análise pré-estabelecidas, o que nos permitiu verificar as contribuições, bem como a intensidade com que cada segmento participou das reuniões da CPA.

A partir da tabulação e classificação dos dados, foram elaborados quadros comparativos dos níveis e formas de participação da representação de cada categoria em diferentes momentos e contextos do desenvolvimento do processo de autoavaliação institucional.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES - DOCENTE X DISCENTE X TÉCNICO ADMINISTRATIVOS

O exame realizado a partir dos dados relacionados permitiu desvelar características relevantes da participação dos representantes em etapas ou processos da autoavaliação institucional. A diversidade de fontes possibilitou observar algumas dimensões da participação. Desde os aspectos normativos que instituem regras de participação, passando pela verificação da adesão e/ou interesse de cada categoria em fazer parte da comissão, até a atuação de cada representação constituída na CPA.

Os três segmentos envolvidos constituem atores institucionais com significativo destaque nos espaços políticos da Universidade. São beneficiários diretos das políticas de avaliação implementadas. Os distintos papéis que desempenham e as especificidades das posições que ocupam na estrutura da instituição põem um grande desafio para construção de processos democráticos.

Os representantes TAEs, cuja maioria das atribuições está relacionada à atividade meio, exercem pouco poder na estrutura hierárquica da universidade. Via de regra, ocupam funções administrativas de pouco prestígio, ainda que sejam fundamentais para manutenção e funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas.

Os representantes Discentes, apesar de serem os principais destinatários dos serviços e atividades desenvolvidas na Universidade, exercem poder e influência limitados. Ainda que as organizações e movimentos estudantis exerçam um importante papel político de luta pela construção de espaços democráticos no interior da instituição, os estudantes possuem pouca autonomia.

Já o seguimento Docente, historicamente está estabelecido no topo do arranjo hierárquico das IES. Possuem posição de prestígio na instituição e é comum exercerem papel de liderança e ocuparem os cargos mais importantes na universidade. A própria legislação (Lei 1.916/1996) define que a autoridade máxima de uma universidade deve, obrigatoriamente, ser um ocupante de cargo docente.

Contudo, a despeito das distinções hierárquicas existentes, cabe destacar que, num contexto da autoavaliação institucional proposta pelo SINAES, as três categorias devem participar em condições de igualdade, de tal modo que não ocorra a sobreposição de uma em relação a outra. Portanto, a análise e comparação aqui propostas ocorrerão no sentido de verificar a existência de equidade (ou não) de participação entre os três segmentos.

5.1 REGIMENTO DA CPA: A PERSPECTIVA NORMATIVA DA PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES

A Resolução nº 004/2012 dispõe sobre o regimento da CPA e fora aprovada em 31 de outubro de 2012 pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da UFRB. Contem 56 artigos, distribuídos ao longo de seis títulos.

Por se tratar de documento que regulamenta as atividades desenvolvidas pela CPA, contempla questões que tratam de princípios, finalidades, atribuições, além da forma de composição e estrutura e organização da comissão.

Contudo, considerando o objetivo da presente pesquisa, para análise a seguir destacamos aspectos do regimento da CPA que implicam ou tratam dos limites e possibilidades de atuação e participação dos representantes de cada categoria no processo de construção da autoavaliação.

Assim, nos deteremos ao exame da forma de composição, estrutura e organização da CPA. Esses aspectos nos dizem muito sobre os mecanismos de participação e representação adotados, além de questões democráticas consideradas para a coordenação e desenvolvimento do processo de autoavaliação institucional.

O exame da forma de composição da CPA nos permite fazer algumas considerações relacionadas a representação da comunidade. Sobre isso, a resolução nº 004/2012 acompanha, obrigatoriamente, a disposição contida no art. 11, inc. I da lei nº 10.861 (lei do SINAES) que resguarda a equidade na participação de todos os seguimentos da comunidade. Assim, nos incs. I, II e III do art. 10 da resolução, estabelecem-se seis representantes por categoria, além de seis suplentes, contemplando os seis Centros de ensino da UFRB.

No entanto, a paridade numérica não é suficiente para afirmar que a participação ocorre de forma equitativa. Pois, há questões qualitativas relacionadas ao envolvimento e influência de cada categoria em processos decisórios que podem tornar a inserção de cada representante mais efetiva ou não.

Apesar de o método de composição dos membros da comissão estar em sintonia com preceitos democráticos que conferem legitimidade aos representantes, a escolha para coordenador da CPA, em parte, não caminha na mesma direção. É que no art. 11 definiu-se que a referida função “[...] deverá ser exercida por um membro representante dos servidores docentes, escolhido em regime de votação entre os membros titulares eleitos por seus respectivos pares.” Saliente-se que essa distinção não ocorre no âmbito da coordenação das subcomissões setoriais, onde essa função pode ser exercida por representante Docente ou TAE.

A coordenação da CPA caracteriza-se por uma importante função de liderança na condução dos trabalhos de autoavaliação. Nesse sentido, ainda que a escolha de coordenador seja decidida pelos membros, a imposição de que seja Docente não encontra respaldo ou justificativa técnica ou política. Pois, a princípio, pelo menos a categoria Técnico-administrativa também reúne as mesmas condições para coordenação da autoavaliação, visto que também são membros permanentes da instituição. Diferentemente da categoria discente, que possui vínculo temporário.

Acrescente-se ainda que no parágrafo terceiro do art. 46 da referida resolução ficou estabelecido que, quando não houver consenso e ocorrer empate em votações que envolvam processos decisórios da comissão, compete ao coordenador da CPA o voto de qualidade. Isso implica afirmar que apenas a representação docente gozará dessa prerrogativa, possuindo a tutela de decisão final quando não houver consenso em deliberações da comissão. No entanto, Pateman (1992) nos lembra que a ausência de poder de decisão final, em processos participativos, tende a desestimular a inserção de pessoas comuns.

Há ainda outros aspectos do exercício do mandato que apresentam distinções entre as representações e afetam a qualidade democrática no espaço de participação da CPA. No Quadro 2, relacionamos as principais características do mandato de cada representação.

Quadro 2 – Principais características do mandato de cada representação

	Tempo/mandato	Coordenador	Subcoordenador	Poder de decisão final
Representantes				
Docentes	Até 4 anos	Sim	Sim	Sim
Técnicos	Até 4 anos	Não	Sim	Não
Discentes	Até 1 ano	Não	Não	Não

Fonte: elaborado pelos autores a partir da leitura da resolução 004/2012/CONSUNI/UFRB (2020).

Os representantes TAE possuem atributos semelhantes aos representantes Docentes, excetuando-se aquele que talvez seja o mais significativo: a prerrogativa de exercer o cargo de coordenação da CPA.

Já para categoria discente, apesar de – por força da lei – estar incluída no processo, as limitações impostas podem impactar na capacidade de seu envolvimento no processo. O menor tempo de mandato, as restrições ao poder de decisão e a impossibilidade de ocupar cargos de coordenação ou subcoordenação podem levar a representação discente a desempenhar um papel apenas simbólico nos processos de autoavaliação institucional. No sentido contrário, em

posição considera trabalhadores e estudantes no mesmo nível de desenvolvimento político, Pateman (1992, p.144) entende que

No que concerne à introdução de um sistema participativo em instituições de educação superior é suficiente notar aqui que, se os argumentos para conceder ao jovem trabalhador a oportunidade de participar no local de trabalho são convincentes, então há um bom motivo para conceder ao seu equivalente, o estudante, oportunidades similares; ambos são os cidadãos amadurecidos do futuro.

Wendhausen e Cardoso (2007) concordam que “Os indivíduos precisam de tempo para aprender a importância da participação política, aprender a atuar como cidadãos e por fim participar no processo decisório político[...]”. À vista desse entendimento, é pertinente repensar o período de permanência dos representantes Discentes na comissão, a fim de propiciar maior tempo para adaptação e conhecimento do processo autoavaliativo. Pois, a participação não deve ser entendida tão-somente como um ato ou ação eventual. É, sobretudo, um processo construtivo de aprendizagem social (PATEMAN, 1992).

O cenário da participação em seu aspecto normativo permite visualizar que, no desenho proposto para o desenvolvimento das atividades da CPA, instituiu-se um conjunto de regras que propiciou relevante sobreposição da representação docente em relação as demais categorias. Dessa forma, a norma instituída para constituição da CPA não é substancialmente democrática. Afigura-se um sentido de participação que se distancia da perspectiva de democracia pautada na igualdade de condições, onde os sujeitos possuem níveis de influência semelhantes e são capazes de decidir coletivamente (MIGUEL, 2002).

Por outro lado, é preciso reconhecer que as particularidades da categoria discente implicam sobremaneira em sua atuação enquanto representante na CPA. Seu vínculo temporário e a própria condição de estudante – que rotineiramente se ocupa das tarefas e obrigações acadêmicas – prejudica, em certa medida, sua capacidade para participar e influir nos processos decisórios e inserção política na estrutura de poder da Universidade.

Entretanto, é pertinente pensar que se faz necessário construir estratégias e condições para que a categoria Discente seja integrada de forma mais substancial aos processos avaliativos. Pois, a efetividade dos espaços democráticos só é realmente alcançada quando se é capaz de acolher a “pluralidade e diversidade de seus participantes, pela equivalência de seus recursos de informação, conhecimento e poder” (DAGNINO, 2004, p. 161).

5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES NAS ELEIÇÕES DA CPA

Na legislação que institui e regulamenta a autoavaliação institucional em IES não há qualquer norma que obrigue a realização de eleições para escolha de membros de comissões. Contudo, o documento “Diretrizes para a Avaliação as Instituições de Educação Superior”, salienta que “[...] é recomendável que, no processo de escolha dos seus membros, sejam consultados os agentes participantes do processo. Tal se faz necessário pois, sem o envolvimento da comunidade, a avaliação não cumprirá plenamente o seu ciclo participativo” (BRASIL, 2004).

Portanto, a decisão acerca do método de escolha ou seleção de membros da CPA é uma prerrogativa dos segmentos que compõem a universidade ou seus representantes. Há, assim, que se reconhecer o mérito e virtude da comunidade da UFRB ao propor a escolha democrática dos membros.

Durante os três ciclos avaliativos foram realizadas duas eleições para escolha de membros da CPA. Os pleitos ocorreram em 2013 e 2016, sendo regidos pelos editais nº 001/2013 e nº 002/2016. Conforme as regras estabelecidas, as votações ocorreram com objetivo de escolher dois (titular e suplente) representantes de cada categoria por Centro de Ensino. À época da primeira eleição, havia cinco Centros de Ensino. Já em 2016, sete Centros estavam em funcionamento na UFRB.

Assim, as votações ocorreram com o auxílio de urnas distribuídas nos campi da Universidade, oportunizando que Docentes, Discentes e TAEs decidissem, nos seus respectivos Centros, a escolha dos seus representantes junto a CPA.

Importa salientar que nossa observação não está circunscrita aos resultados das eleições, ou seja, o número de votos recebidos por representante de cada seguimento. Com efeito, preocupou-se em observar a mobilização de cada seguimento para constituir membros representantes na CPA. Ou seja, a nossa atenção está voltada para aquele que seria o primeiro passo em direção a CPA: se dispor a fazer parte da comissão, candidatando-se ao cargo.

No quadro a seguir, relacionamos a população de membros em cada segmento da comunidade acadêmica à época das eleições e o número de candidatos que concorreram em

cada categoria. Após relacionar esses dados, determinamos o percentual de inscritos em cada categoria.

Quadro 3 – Percentual de candidatos inscritos em relação a população da UFRB

		ANO/ELEIÇÃO	2013	2016
CATEGORIAS	DISCENTE	População	8699	8882
		Candidatos	0	12
		Percentual de representantes	0%	0,13%
	DOCENTE	População	591	829
		Candidatos	2	6
		Percentual de representantes	0,33%	0,72%
	TÉCNICOS	População	513	719
		candidatos	6	8
		Percentual de representantes	1,16%	1,11%

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos registros das atas de eleição e dados relatórios de autoavaliação institucional da UFRB (2020).

Em princípio, os dados revelam o reduzido interesse dos segmentos da comunidade, já no início do processo de constituição da comissão. Nas três categorias, é notória a baixa adesão aos processos de escolha de membros da CPA. O pouco interesse da comunidade se traduz no escasso número de candidatos dispostos a fazer parte da comissão.

Sobre a capacidade e motivação que os indivíduos têm para participar, Pateman (1992, p. 139), aponta que “[...] com efeito aprendemos a participar, participando [...] e o sentimento de eficácia tem mais probabilidade de se desenvolver em um ambiente participativo”. Nesse sentido, a apatia verificada nas eleições realizadas, pode ter origem na descrença, por parte da comunidade acadêmica, de que a avaliação não promove mudanças na instituição.

O confronto dos dados permite ainda visualizar que há diferença acentuada em relação ao percentual verificado entre as três categorias. Apenas os técnico-administrativos conseguiram algo superior a 1%, obtendo uma proporção aproximadamente dez vezes maior

que a alcançada pela categoria discente, ainda que esse último tenha conseguido mobilizar o maior número de candidatos em 2016.

Desse modo, apesar de possuir uma população aproximadamente cinco vezes maior que a de Docentes somados a TAEs, o segmento Discente obteve a menor representatividade numérica de candidatos entre as categorias. Essa constatação demonstra que há maior dificuldade de mobilização entre Discentes.

5.3 PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES NAS REUNIÕES DA CPA

As reuniões da CPA constituem o momento do processo de autoavaliação em que ocorrem as discussões, planejamento, organização e definição da metodologia e critérios de coleta de dados. Espera-se que nesta ocasião os membros atuem em conjunto na elaboração do projeto de avaliação e apresentem questões ou demandas que joguem importantes para universidade e para o segmento que representam.

Na UFRB, ao longo dos três ciclos avaliativos, entre 2010 e 2017, identificamos a ocorrência de pelo menos 30 atas com registro de reuniões da CPA. Contudo, apenas 15 foram consideradas elegíveis para análise neste trabalho, pois em metade delas não foi possível identificar as falas de representantes de categoria específica ou trazem conteúdo passível de análise. Há apenas registro de decisões ou providências que foram deliberadas pelo conjunto dos participantes.

No exame das atas de reunião na CPA, a participação foi observada sob duas dimensões. Primeiramente, observamos com que frequência os membros de cada categoria compareciam nas reuniões realizadas. Posteriormente, procedemos à análise da dimensão qualitativa da participação, atentando-se para identificação dos temas mais recorrentes e as categorias que se manifestaram como maior e/ou menor intensidade nas reuniões.

A presença dos membros nas reuniões é um elemento importante da atuação dos representantes de cada seguimento. Do ponto de vista quantitativo, quanto mais numerosa a representação da categoria mais representativa é, ainda que tal presença possa constituir apenas um caráter simbólico. Pois, estar presente pode não se traduzir em influência nos processos decisórios. Todavia, cabe anotar que, a princípio, a ausência ou presença dos representantes nas

reuniões pode demonstrar que há menor ou maior interesse em tomar ciência das questões postas em discussão.

O quadro a seguir apresenta o percentual médio da presença dos representantes nas reuniões da CPA ao longo de três ciclos avaliativos. O ciclo avaliativo constitui um conjunto de avaliações realizadas anualmente ou semestralmente, por um período de três anos. Ao final de cada ciclo é elaborado um relatório de autoavaliação institucional. Em cada ciclo, várias reuniões foram realizadas para desenvolver as atividades de autoavaliação na Universidade.

Quadro 4 – Percentual médio da frequência de membros da comissão em reuniões da CPA

Ciclo avaliativo	Número de reuniões	Categorias	Número de membros nomeados	Percentual de presença nas reuniões
1º	10	Discentes	2	70%
		Docentes	3	86%
		Técnicos	3	40%
2º	12	Discentes	6	20%
		Docentes	7	49%
		Técnicos	7	37%
3º	6	Discentes	7	33%
		Docentes	7	57%
		Técnicos	7	59%

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados de atas de reuniões e portais de nomeação de membros da CPA (2020).

Entre o primeiro e o terceiro ciclo houve uma queda considerável do percentual de representantes presentes nas reuniões da CPA. Mesmo com o aumento de membros nomeados a partir do segundo ciclo, a média do número de presentes nas reuniões não alterou significativamente, mantendo a representatividade em patamares próximos ao primeiro ciclo.

A representação Discente é a que menos frequenta as reuniões. Nota-se que a partir do segundo ciclo, quando triplicou o número de representantes, o número de discentes presentes nas reuniões manteve-se praticamente o mesmo. Ou seja, ainda que norma tenha possibilitado uma maior representatividade discente na composição da CPA, na prática não se efetivou.

Outrossim, a participação não se constitui apenas da presença dos indivíduos nos espaços de decisão. Para que a participação seja qualificada é imperativo que outros atributos desponham no exercício da participação. Manifestações de opiniões e capacidade de influir no curso do processo são características importantes na construção do espaço democrático, e consequentemente implicam na igualdade de participação. Como bem anota Aires (2009, p.33),

É importante não perder de vista que fatores impeditivos de processos participativos, advindos das desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira, são complexos e podem levar ao desigual preenchimento dos direitos políticos, ou seja, a uma situação na qual os direitos estão legalmente garantidos, mas são atravessados por assimetrias sistemáticas em sua efetivação.

No contexto das reuniões da CPA, os registros das falas e/ou manifestações dos representantes podem apontar alguns sinais da qualidade da participação. Nesse sentido, as atas de reunião possibilitam ir além da dimensão quantitativa ou da mera presença dos membros. Permite vislumbrar aspectos subjetivos da participação como a forma, o conteúdo e a proporção em que ocorre. O quadro a seguir apresenta alguns elementos que expressam características dessa dinâmica.

Quadro 5 – Temas recorrentes nos registros de atas de reunião da CPA- 2010 a 2017

Classificação/ Tema	Definição	Registros encontrados	Categorias		
			Discente	Docente	Técnico
Logística e funcionamento da CPA	Assuntos relacionados a manutenção e composição da comissão, realização das reuniões.	5	0	4	1
Objetivo/papel da CPA	Questões relacionadas ao papel, atribuições, finalidade e limites de atuação da CPA.	14	2	11	1

Divulgação dos resultados da autoavaliação	Questões relacionadas ao retorno e/ou feedback da autoavaliação e popularização do relatório junto comunidade acadêmica.	11	3	6	4
Utilização dos dados da autoavaliação	Questões relacionadas a utilização dos relatórios de relatórios de autoavaliação para implementação de melhorias na gestão, planejamento da instituição e como subsídio para tomada de decisões.	3	0	3	0
Metodologia/ coleta e análise de dados	Questões relacionadas a estratégias de coleta e tratamento de dados e construção do relatório de autoavaliação.	9	2	7	2

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos registros de atas de reuniões da CPA (2020).

Analisar a qualidade da participação implica em perceber como os representantes utilizam o espaço das reuniões da CPA para externar suas preocupações e inquietações em relação às atividades de autoavaliação. Assim, apontam-se as questões que cada representação considera mais pertinentes dentro do escopo de proposições características do processo avaliativo.

Os registros sugerem que nas três categorias há frequente preocupação com publicização dos resultados da autoavaliação. Isso demonstra que os membros da CPA compartilham do entendimento que os dados da avaliação devem ser de conhecimento amplo da comunidade acadêmica.

No entanto, quando observamos a questão “utilização dos dados da autoavaliação” constata-se a pouca atenção dada a esse tema, ocorrendo alguns poucos registros feitos pela categoria Docente. Esse fato indica que a CPA tem se dedicado pouco a ideia de que os resultados da autoavaliação podem ser verdadeiramente utilizados para melhorias da qualidade dos processos de gestão e ensino na universidade.

O Quadro 4 mostrou que a representação Discente é a que menos frequenta as reuniões. O exame do Quadro 5 nos leva a considerar que essa presença limitada também trouxe como consequência um número pequeno de contribuições/manifestações para discussões da CPA. Em verdade, a participação Discente é pouco vista no conteúdo das atas de reunião e nos segundo e terceiro ciclos não identificamos registros com manifestações ou contribuições dessa representação.

A ausência de registros em questões como “Logística e funcionamento da CPA” e “Utilização dos resultados da autoavaliação” sinaliza que pode haver pouco envolvimento e articulação da representação Discente nas atividades de autoavaliação. Isto porque os dois temas trazem assuntos relevantes para inserção da categoria discente na dinâmica da autoavaliação. Sobretudo, o tema “utilização dos resultados da autoavaliação” que é capaz de gerar significativo impacto nos processos e práticas de ensino, sendo objetos das avaliações de Docente pelos Discentes.

Na participação Discente, figura um contexto de fraca intensidade no envolvimento e interação com as atividades de autoavaliação desenvolvidas pela CPA. Apesar de encontrarmos registros nos temas “Objetivo/papel da CPA”, “Divulgação dos resultados da autoavaliação” e “Metodologia/coleta e análise de dados”, essas participações são limitadas e ocorreram apenas eventualmente ou de forma compartilhada com as outras categorias.

Ainda que tenham ocorrido ocasionalmente, no primeiro ciclo avaliativo, os registros das participações Discentes revelam o interesse em compreender a função da CPA, e indiretamente, o objetivo da autoavaliação. Em reunião realizada em agosto de 2010, um representante discente manifesta: "indagou sobre o porquê, ou seja, se a causa dos problemas deveriam ser identificados, assim como os problemas." E mais adiante questiona: "perguntou sobre quais as dimensões avaliadas[...]".

Esses poucos registros indicam que, no início do processo avaliativo da UFRB (quando haviam apenas dois representantes na CPA), existia algum interesse da representação estudantil em conhecer os aspectos relacionados a finalidade a autoavaliação institucional. Entretanto, a ausência de registros da participação discente nos ciclos avaliativos posteriores (quanto passaram a ter 6 ou 7 representantes) pode indicar que houve um distanciamento do processo avaliativo por parte dessa categoria.

Notadamente, o Quadro 5 evidencia o predomínio da categoria Docente nas manifestações, em quase todos os temas discutidos nas reuniões, com destaque para “Objetivo/papel da CPA”, “Divulgação dos resultados da autoavaliação” e “metodologia/análise e coleta de dados”. São temas que remetem a função da CPA, a publicidade da avaliação e o como fazer a autoavaliação, respectivamente.

Observa-se que os temas mais recorrentes na participação Docente pautam assuntos que vão ao encontro de questões alusivas a gestão da autoavaliação. Depreende daí que essa

representação influi de maneira mais substantiva no curso do processo avaliativo. E essa influência é caracterizada, principalmente, pela maior regularidade nas contribuições realizadas. Tal fato é corroborado ainda pela presença constante nas reuniões, sendo superior as demais categorias no primeiro e segundo ciclos.

É possível constatar que a representação Docente tem especial preocupação em explicitar qual a função e/ou limite de atuação da CPA. Em ata de reunião realizada em agosto/2010, um Docente adverte: "insto não é uma comissão de poder, mas para trabalhar que a CPA possui o papel intermediário entre comunidade e autoridades." Mas adiante, outro Docente sinaliza: "[...]confirmou dizendo que a divulgação não cabe a comissão e sim aos órgãos competentes na instituição."

Assim, essas manifestações nos revelam que é conferido à categoria docente o papel de informar aos representantes das demais categorias sobre os objetivos e a dinâmica de funcionamento da CPA e alcance do processo de autoavaliação institucional.

Semelhante a participação Discente, a participação dos TAEs é bastante limitada. Ainda que tenham um percentual de presença maior no segundo e terceiro ciclos, o número de manifestações realizadas é praticamente o mesmo. Assim, nota-se que apesar de haver certa regularidade quanto a presença nas reuniões, os técnicos administrativos também efetuam poucas contribuições.

À vista da baixa participação dos TAEs, o tema “divulgação dos resultados da autoavaliação” constitui uma excepcionalidade na ausência de manifestações. A preocupação da categoria com essa questão pode estar associada ao fato de perceber que os resultados da autoavaliação não têm chegado ao conhecimento amplo da comunidade. Pois, em fragmento de texto retirado de uma das atas, um representante dos TAEs “[...] citou que houve avaliação no Centro (CFP) e os discentes indagavam o retorno e não tinham [...]” (Ata de Reunião de 21/09/2010).

É possível supor que representantes tendem a se manifestar por meio dos temas que são mais afeitos ou que lhes causam inquietações. Por outro lado, o silêncio em relação a questões relevantes pode caracterizar um sintoma do distanciamento em que se encontram em relação ao processo de autoavaliação.

Nesse contexto em que a representação Docente apresenta participação significativa, ao passo em que as demais pouco participam, revela-se a existência de um cenário que se aproxima

da perspectiva elitista de democracia. Miguel (2002), registra que, nessa corrente da teoria democrática, prevalece o entendimento de que a constituição de desigualdades é um processo natural e sempre haverá um grupo mais capacitado que exercerá maior poder e influência.

Esse sentido de democracia parecer sustentar a dinâmica de participação na comissão. Pois, apesar de ser considerado democrático, o espaço de representação da CPA mostra-se significativamente desigual. Miguel (2017, p.91), salienta que:

Estudos de campo revelaram que os processos decisórios participativos em grupos pequenos continuam suscetíveis à forte influência de desigualdades, que a teoria em geral ignorava. Em Especial as relações interpessoais no ambiente de participação democrática inibem a expressão de discordâncias;[...]

Nicoletti (2013, p. 42), nos lembra ainda que “A participação política não se dá de forma isolada, muito pelo contrário, há uma série de conjunturas e de relações que dão à participação um status de “busca em coletividade”, ou seja, o desejo de um indivíduo soma-se a de outros, constituindo uma participação em grupo[...]” Ou seja, um espaço só é verdadeiramente democrático quando há equilíbrio na participação dos sujeitos envolvidos.

Como bem explicou Barber (2003), para o exercício de uma democracia substancial é preciso uma prática política pautada em “the participatory mode”. E essa prática política é constituída a partir da apropriação epistemológica da participação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa proposta neste estudo foi desenvolvida no sentido de compreender como as três principais categorias que compõem a comunidade acadêmica estão justapostas no espaço de representação que constitui a CPA.

Concebeu-se uma estratégia investigativa que transitou pelas dimensões normativa (regimento) e prática (atuação dos membros) da autoavaliação institucional. Esses dois aspectos são constitutivos da própria dinâmica do processo e implicam sobremaneira no status quo democrático da participação dos representantes.

Nos termos da lei, o SINAES propõe a composição de uma CPA com participação igualitária, vedando ainda a sobreposição de qualquer categoria participante. Contudo, a qualidade da igualdade democrática vai além da compatibilidade numérica de representantes. Requer que as categorias tenham semelhantes níveis de envolvimento nas atividades e influência em processos decisórios, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento do processo.

No entanto, observamos que do ponto de vista normativo, no regimento da CPA, os desenhos da participação dos representantes das três categorias diferem, sobretudo, na distribuição equitativa do poder de decisão. Parece haver uma espécie de “direito consuetudinário” do qual está imbuído a representação Docente. Pois esta detém um status quo relativamente privilegiado, uma vez que goza de prerrogativas exclusivas dentro do espaço da CPA.

Em outro sentido, representantes Discentes e TAEs parecem exercer um papel complementar. Ainda que tenham, quantitativamente, igualdade de participação, há limitações que lhes são impostas pelo próprio arranjo regimental constitutivo da CPA.

Seja por restrições para exercer o cargo de coordenador, tempo de mandato menor ou ainda poder de decisão final assentido a apenas uma categoria, a dimensão normativa da CPA não possui características que se assemelham ao um modelo de gestão da autoavaliação plenamente democrático.

Em relação a capacidade de mobilização das categorias para constituição de membros da CPA, os registros encontrados nas atas de eleições revelam que a categoria Discente é a que opõe maior resistência. Ainda que nos TAEs e Docentes o número de candidatos não seja satisfatório, a proporção da representatividade Discente é significativamente menor. Tal fato sugere que são necessárias adoção de estratégias capazes de sensibilizar os três segmentos.

Mas, especialmente os Discentes dispõem maior atenção e ações específicas, visto que seu vínculo com a universidade apresenta características bastante diferentes dos demais segmentos. Sendo assim, o envolvimento dessa categoria nos processos de autoavaliação deve estar respaldado em práticas democráticas inclusivas, que atentem para suas particularidades e necessidades.

Restou demonstrado que as assimetrias democráticas identificadas no regimento interno e no processo de eleição de membros, também são reproduzidas na atuação dos representantes

junto a CPA. A qualidade da participação de Discentes e TAEs é bastante limitada, na medida em que os registros apontam para uma participação pouco intensa e atuante desses segmentos.

Em outro sentido, a representação Docente destoa consideravelmente das outras duas, exercendo significativo domínio no volume de contribuições, com participações efetivas nas reuniões. Notamos ainda que, ao longo dos ciclos avaliativos, a frequência de TAEs e Docentes nas reuniões se aproximam. Contudo, os registros assinalam que há participação pouco efetiva por parte dos TAEs.

De fato, a investigação das atas de reunião da CPA apontou que há acentuada assimetria na participação das representações. Há significativa discrepância entre a participação dos Docentes e das outras categorias.

De um modo geral, é possível supor que a participação Discente, do ponto de vista normativo e prático, resta consideravelmente prejudicada e está comprometida quantitativa e qualitativamente. Assim, é a categoria que exerce menor influência no processo de autoavaliação institucional, apresentando um expressivo distanciamento das atividades de planejamento e coordenação da autoavaliação.

Outrossim, não há como negar que o vínculo institucional mais sólido e duradouro de Docentes e Técnicos com a universidade contribui para um maior envolvimento (ou presença) destes com o processo de autoavaliação, seja qualitativa ou quantitativamente. Apesar de que, quanto a efetiva participação em reuniões, TAEs apresentaram contribuições semelhantes a de Discentes.

Porquanto, o desafio que se impõe à CPA é a construção de estratégias capazes de arregimentar as especificidades das três representações dentro uma proposta de participação conjunta e dialogada. A exemplo, pode-se propor o modelo de gestão/coordenação compartilhada da CPA, onde atribuições, poderes e responsabilidades sejam distribuídos em proporções semelhantes.

Mesmo que estejam postas dificuldades oriundas das especificidades de cada categoria, em especial de Discentes e TAEs, acreditamos ser possível justapor e equilibrar posições de poder e liderança nos processos de autoavaliação desenvolvidos pela CPA.

Registre-se ainda que a pesquisa apresenta limitações que são próprias das fontes utilizadas. Pois, os documentos aqui explorados (em especial as atas de reunião) não retratam fidedignamente a realidade e podem conter variações de interpretação de quem os produziu.

Também possuem lacunas e número não muito amplo de registros. Apesar disso, foram suficientes e constituíram indícios de que há necessidade de aprimoramento democrático do espaço de representação da CPA.

REFERÊNCIAS

AIRES, Maria Cristina Andrade. A dimensão representativa da participação na teoria democrática contemporânea. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.3, n.2, p. 12-38, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/10884/0>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BARBER, Benjamin R. **Strong democracy: participatory politics for a new age**. Berkeley and Los Angeles: University Of California press, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Soc. estado**. Brasília, v. 27, n. 2, p. 263-288, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior. **Lex: CONAES**, 2004. Disponível em: http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Diretrizes_Avaliacao_IES.pdf. Acesso em: 7 maio 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996**. Regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. **Lex: Diário Oficial da União**, n. 9028, 24 maio 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Lex: Diário Oficial da União**, n. 1, p. 3, 15 abr. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 14 maio 2018.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 3. n. 5, p. 139-164, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>. Acesso em: 26 out. 2018.

DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2015. 81 p.

LAVALLE, Adrian Gurza; ISUNZA VERA, Ernesto. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**,

São Paulo, v 84, p. 95-139, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a05n84.pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 483-51, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 nov. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n.100, p. 83-118, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452017000100083&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 07 maio 2020.

NICOLETTI, André Selayaran. Participação política convencional e não convencional: dois fenômenos contraditórios? **Pensamento Plural**, Pelotas, 7. n. 13, p. 51-64, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3189>. Acesso em: 02 mar. 2020.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na 'reforma' do Estado**. Cortez, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 25 de agosto de 2010**. Arquivo CPA, p.1-2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 21 de setembro de 2010**. Arquivo CPA, p.1-2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 05 de outubro de 2010**. Arquivo CPA, p.1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 18 de outubro de 2010**. Arquivo CPA, p.1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 09 de novembro de 2010**. Arquivo CPA, p.1-2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 17 de novembro de 2010**. Arquivo CPA, p.1-2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 08 de dezembro de 2010**. Arquivo CPA, p.1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2011.** Arquivo CPA, p.1-2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 18 de maio de 2011.** Arquivo CPA, p.1-2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 17 de junho de 2011.** Arquivo CPA, p.1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 29 de maio de 2014.** Arquivo CPA, p.1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 21 de outubro de 2016.** Arquivo CPA, p.1-2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 18 de janeiro de 2017.** Arquivo CPA, p.1-2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 03 de fevereiro de 2017.** Arquivo CPA, p.1-2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 16 de fevereiro de 2017.** Arquivo CPA, p.1-3.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata de reunião realizada no dia 29 de maio de 2014.** Arquivo CPA, p.1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata do processo eleitoral da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, realizada em 08 de junho de 2016.** Arquivo CPA, p.1-2. Disponível em:
https://www.ufrb.edu.br/cpa/images/ata_elei%C3%A7%C3%A3o_CPA_2016.pdf. Acesso em: 07 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação. **Ata do processo eleitoral da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, realizada por meio do edital n. 001/2013 de 22 de fevereiro de 2013.** Arquivo CPA, p.1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Dispõe sobre a aprovação do Regimento da Comissão Própria de Avaliação – CPA da UFRB. Resolução n. 004 de 31 de outubro de 2012. Lex: Cruz das Almas, out. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria De Avaliação. **Relatório de Autoavaliação Institucional:** Relatório Final do Primeiro Ciclo Avaliativo 2009-2011. Cruz das Almas, 2011. Disponível em:
<<https://www.ufrb.edu.br/cpa/images/relatorios/relatorio-final-primeiro-ciclo-avaliativo-2009-2011.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVOA DA BAHIA. Comissão Própria De Avaliação. **Relatório de Autoavaliação Institucional**: Relatório Final do Segundo Ciclo Avaliativo 2012-2014. Cruz das Almas, 2014. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/cpa/images/relatorios/Relatrio%20Final%20do%20Segundo%20Ciclo%20Avaliativo%202012-2014.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVOA DA BAHIA. Comissão Própria De Avaliação. **Relatório de Autoavaliação Institucional**: Relatório Final do Terceiro Ciclo Avaliativo 2015-2017. Cruz das Almas, 2017. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/cpa/images/Relat%C3%B3rio_Final_2015_2017.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018

WENDHAUSEN A.; CARDOSO, S. M. Processo decisório e Conselhos de Gestores de Saúde: aproximações teóricas. **Rev Bras Enferm.**, v. 60, n. 5, p. 579-84, set./out. 2007.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos aqui apresentados trouxeram contribuições significativas para os estudos da autoavaliação institucional, no sentido de ampliar os horizontes de pesquisa e o debate em torno dessa temática. No mesmo sentido, sinalizam caminhos que podem ser trilhados para a aprofundar questões nevrálgicas da avaliação, como a ausência de participação e a não valorização dos resultados.

O artigo I revelou que há inúmeras possibilidades e perspectivas de abordagem para pesquisas que têm como objeto os processos de autoavaliação institucional. Ficou evidenciado que, diante da complexidade e diversidade das instituições, a avaliação se torna ainda mais necessária e ao mesmo tempo desafiadora.

As pesquisas relacionadas permitiram observar quais os principais obstáculos enfrentados pelas CPAs na condução da autoavaliação e que têm, em certa medida, inviabilizado o sucesso desses processos. Apontaram, também, para a necessidade de aprofundamento e ampliação dos estudos, permitindo construir soluções para os problemas levantados.

No artigo II, os dados produzidos e submetidos à análise permitiram lançar um olhar a realidade democrática no interior da comissão. Foi possível verificar que, mesmo com a igualdade formal instituída pela lei, o desequilíbrio da participação já aparece no ato normativo que institui a CPA. E as assimetrias se tornam ainda mais profundas à medida que as atividades de planejamento da autoavaliação se desenvolvem. Nos processos de eleição de membros há um número limitado de representantes, sobretudo de Discentes. Já nas reuniões da CPA, local onde a participação se materializa de forma prática, o desequilíbrio é ainda mais acentuado, havendo sobreposição da representação Docente.

A análise comparativa realizada nos mostrou o quanto é complexo instituir práticas democráticas efetivas e que possuam uma participação substantiva e igualitária. Pois, os sujeitos envolvidos são oriundos de realidades diversas e ocupam espaços específicos dentro da instituição.

No entanto, ao passo que evidenciamos a existência de assimetrias na participação, é possível construir caminhos e apontar soluções que possam, pelo menos, mitigar essas desigualdades. Pois, acreditamos que participação forte e equilibrada das três categorias pode

gerar reflexos positivos para o contexto mais amplo da autoavaliação. Sendo capaz de influenciar a comunidade e fomentar a cultura da avaliação e da participação.

Nesse sentido, é preciso instituir normas de participação que nivelem o poder de decisão. Como bem explica Pateman (1982), é preciso horizontalizar as estruturas de autoridade, de modo a possibilitar que TAEs e Discentes também ocupem posições de liderança, ainda seja por meio de coordenação compartilhada CPA.

ANEXO I - 4º SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (4º AVALIES - 2019): APRESENTAÇÃO DE TRABALHO

AVALIES 2019
4º Simpósio Avaliação da Educação Superior

UFBA
UFBA

CPA
Comissão Própria
de Avaliação | UFBA

CAPEB

Certificado

Salvador, 10 de outubro de 2019.

Izabel Cristina Silva Xavier
Presidente da Comissão Própria de Avaliação – UFBA
Coordenadora do AVALIES 2019

Jorge Luiz Lordêlo de Sales Ribeiro
Presidente da Comissão Científica AVALIES 2019

SUPAD
Superintendência de Avaliação
e Desenvolvimento Institucional | UFBA

SEAD
Superintendência de
Educação a Distância | UFBA

STI
Superintendência de
Tecnologia da Informação | UFBA

EDUFBA